

LIVRO DIDÁTICO, GÊNERO E FEMINISMO NEGRO: ENTRE DEBATES E PROBLEMATIZAÇÕES

Dinajilas Gomes de Melo Santos ¹
Cicera Mônica Rodrigues da Silva ²
Maria Arleilma Ferreira de Sousa ³

RESUMO

Ao falar sobre material educacional dentro do âmbito escolar, logo vem em mente o livro didático como peça chave no processo de ensino e aprendizagem por ser uma ferramenta gratuita e acessível para a classe estudantil. Ademais, ao folhear o livro didático é perceptível a pequena parcela de alguns sujeitos históricos, como por exemplo, as mulheres negras. Nesse sentido, o referido artigo traz como pauta a significação do livro didático, a sua origem e uso ao longo da História. Aliada a essa ferramenta didática é colocado em destaque os estudos de gênero no livro didático de História e a interseccionalidade. Afim de compreender melhor o debate surge a seguinte questão: Por que os livros didáticos invisibilizam a representação feminina negra? Esse trabalho tem como foco analisar as múltiplas faces do livro didático e a carência/ausência das mulheres negras no material supracitado. A pesquisa é de natureza qualitativa (Minayo, 2001) voltada para o levantamento de leituras bibliográficas. O debate sobre o livro didático está referenciado a partir das concepções de Bittencourt (2008), Freitas e Oliveira (2019), Guimarães (2012) e Munakata (2012). Reflexões de suma importância para compreender mais a fundo o significado de livro didático e suas faces. E, por fim, são explorados os estudos de gênero no livro didático de História, a questão de gênero e interseccionalidade tendo como base as reflexões de Colling e Tedeschi (2019), Collins (2019), hooks (2015), Pinsky (2015) entre outras autorias. Ao final do estudo, constatou-se que o livro didático possui várias faces: mercantil, política e ideológica e a partir desse aspecto polissêmico ficou nítido que há um jogo de interesses no processo de representatividade dos sujeitos históricos tendo como prevalência a imagem dos homens brancos, ricos e heterossexuais.

Palavras-chave: Livro didático, Gênero, Mulheres negras, Sujeitos históricos.

INTRODUÇÃO

Lembro que nas aulas de história sentia a orelha queimar com aquela narrativa que reduzia os negros à escravidão, como se não tivessem um passado na África, como se não houvesse existido resistência (RIBEIRO, 2018, p. 8).

O trecho citado acima foi retirado da obra “Quem tem medo do feminismo negro?”, da escritora Djamila Ribeiro, em que traz uma fala importante carregada de significado e reflexão acerca do conteúdo presente no livro didático que a autora teve contato na época que frequentava a escola. Ao fazer o comparativo entre o trecho destacado e os conteúdos de História presente nos materiais didáticos, nota-se que a fala da autora ainda é muito latente ao

¹ Graduada do curso de História da Universidade Regional do Cariri-URCA, dinajilasmelo17@gmail.com;

² Mestre em Educação e Ensino pelo curso de Educação e Ensino - MAIE da Universidade Estadual do Ceará - UECE, smonicarodrigues882@gmail.com;

³ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação- PPGE da Universidade Estadual do Ceará - UECE, maria.arleilma@aluno.uece.br;

fixar o olhar para a historiografia apresentada no âmbito escolar que é caracterizada pela abordagem de uma visão eurocêntrica imbuída em estereótipos de gênero, raça e classe. Ainda sobre isso, vale pontuar que, em sua grande maioria ao tratar sobre temas voltados para a história africana elencam como assuntos centrais o escravismo, os africanos como subalternizados e dominados pelos colonos.

Esse escrito é fruto do trabalho monográfico acerca da representação das mulheres negras nos livros didáticos do Novo Ensino Médio. Essa pesquisa é ancorada na metodologia qualitativa de Minayo (2001) que analisa muito mais que a objetividade da pesquisa havendo uma base subjetiva e empírica envolvida na construção do trabalho acadêmico. Ademais, foi utilizada a análise de conteúdo a partir da percepção de Bardin (2011) para investigar mais a fundo os aspectos textuais e icnográficos que trazem à tona as mulheres negras. Foram selecionadas duas coleções do PNLD-2021 compostas por 6 volumes totalizando 12 livros.

O objetivo desse trabalho é analisar as múltiplas faces do livro didático e a carência/ausência das mulheres negras nos livros didáticos do Novo Ensino Médio. A situação-problema que gira em torno do texto é: Por que os livros didáticos invisibilizam a representação feminina negra?

O debate sobre o livro didático está referenciado a partir das concepções de Bittencourt (2008, 2020), Freitas e Oliveira (2019), Guimarães (2012) e Munakata (2012) Entre outros/as autores/as. E, por fim, são explorados os estudos de gênero no livro didático de História, a questão de gênero e interseccionalidade tendo como base as reflexões de Colling e Tedeschi (2019), Collins (2019), hooks (2015), Pinsky (2015) entre outras autorias.

O texto está sistematizado em cinco seções divididas da seguinte maneira: Introdução contendo o objetivo geral, metodologia, origem do trabalho e a síntese dos resultados. Em seguida na segunda seção é abordado a questão do livro didático sua origem no Brasil, suas significações e faces. A terceira seção é voltada para os estudos de gênero no Livro Didático de História e a presença das mulheres negras mostrando com esses temas são colocados nesse material supracitado. Já próximo ao final do texto é posto em destaque os resultados do estudo analítico realizado nos livros didáticos a partir de 2 representações gráficas para melhor entendimento dos dados. Por fim, nas considerações finais é relatado os resultados obtidos na pesquisa.

Ao final do estudo, constatou-se que o livro didático possui várias faces: mercantil, política e ideológica e por meio dessa ferramenta polissêmica ficou nítido que há um jogo de interesses no processo de representatividade dos sujeitos históricos tendo como prevalência a

imagem dos homens brancos, ricos e heterossexuais. Na seção que se segue é feito um apanhado teórico sobre o livro didático, sua origem no Brasil, seu significado e caracterizando suas faces.

Livro didático e sua origem no Brasil

O livro didático pode ser classificado como um instrumento polissêmico, por ser um suporte informativo, ferramenta essencial no processo de ensino-aprendizagem, produto educativo e universal. Para compreender melhor a origem do Livro Didático no Brasil é interessante analisar sua implantação e solidificação no cenário brasileiro ao longo da História. Freitag, Motta e Costa (1989, p. 11) ressaltam que:

[...] Poder-se-ia mesmo afirmar que o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que sucedem a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais, equipes científicas etc.). Essa história da seriação de leis e decretos somente passa a ter sentido quando interpretada à luz das mudanças estruturais como um todo ocorridas na sociedade brasileira, desde o Estado Novo até a “Nova República”.

Desse modo, o histórico dos Livros Didáticos no Brasil é subdividido em quatro momentos segundo Bittencourt (2020): Primeiras gerações dos livros escolares: os estrangeiros são nossos modelos do século XIX, Nacionalização dos livros didáticos período subdividido em 2 fases: 1º fase no período 1860-1930 e 2º fase nos anos de 1930-1970, Multiplicação dos livros escolares (1970-1996) e Da nacionalização à internalização de 1996 aos dias atuais.

O primeiro momento dos Livros Didáticos no Brasil ocorreu por volta do século XIX, sendo que esses materiais educativos eram utilizados em algumas escolas de ensino secundário em algumas províncias da colônia. Com a chegada da família real ao Brasil e o processo de modernização da colônia brasileira, é implantada em 1808 a Impressão Régia que se torna responsável por traduzir as obras didáticas francesas para o português com intuito de serem ofertadas para os alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro. Posteriormente, a Impressão Régia saiu de cena e começaram a surgir as primeiras editoras, no entanto devido à escassez de papel e tinta, era necessário que as impressões fossem realizadas fora do país. Os Livros Didáticos começam a ser escritos pelos professores brasileiros dos liceus e colégios, mas sempre seguindo a lógica curricular francesa.

A nacionalização dos Livros Didáticos se instaura em duas fases nos períodos de: 1860-1930 a primeira fase e segunda fase em 1930-1970. A primeira fase é marcada pela reorganização dos currículos escolares do nível secundário havendo como principal mudança a criação de novas disciplinas que conseqüentemente teriam que disponibilizar livros separados

por disciplinas específicas. Vale lembrar que as disciplinas antes do período de nacionalização dos livros didáticos eram: aritmética, geometria, física e história natural que objetivavam desenvolver nos alunos somente três critérios do processo de aprendizagem tradicionalista: contar, escrever e ler. As novas disciplinas que estavam em voga com a reforma dos currículos, por exemplo, eram: História do Brasil e Coreografia do Brasil (Geografia) que possivelmente teria como intuito a valorização da História nacional, incentivo a identidade nacional e o patriotismo. Em 1880, com o aumento do número de escolas, cresceu o interesse dos setores editoriais em produzir materiais didáticos com fins lucrativos.

O processo de nacionalização ultrapassa o fator de inovação dos conteúdos tendo mudanças na fabricação dos livros como as ilustrações que estariam presentes nas páginas dos Livros Didáticos escolares. Ademais, no país cresceu o investimento em técnicas de produção e impressão com a instalação de novas editoras ascendendo cada vez mais no ramo da fabricação e venda de livros. Por volta de 1930, com o governo getulista, ocorrem novas reformas na área da educação se destacando a centralização dos Livros Didáticos que culminaram com a formação do Conselho Nacional do Livro Didático (CNLD) que tinha como objetivo analisar e avaliar os conteúdos dos livros vigentes da época.

No terceiro momento, a multiplicação dos livros didáticos escolares acontece entre os períodos de 1970 até 1996. Para fomentar a produção livreira, o Ministério da Educação (MEC) realizou um convênio com a *United States Agency for International Development* (USAID) que auxiliava no investimento financeiro das produções. Em contrapartida, esse acordo foi bastante criticado por especialistas brasileiros, pois, de certa forma, o estado americano conseguia ter um controle mercantil e ideológico sobre os livros didáticos brasileiros. Esse período também foi marcado pelo investimento pesado na produção e distribuição dos Livros Didáticos para todos os alunos da rede pública escolar, visto que há alguns anos a responsabilidade de aquisição dos livros advinha dos pais dos alunos a partir da compra. Ao longo dos tempos essa política foi mudada deixando de ser responsabilidade dos pais dos alunos e passando a ser responsabilidade do governo através dos fundos destinados para a educação e a distribuição de Livros Didáticos de forma gratuita.

O quarto momento do histórico dos Livros Didáticos brasileiros corresponde da nacionalização à internacionalização de 1996 até os dias atuais. Nessa época foi realizada a implantação de política de compra e distribuição dos livros. Essa nova fase de investimento está ligada a acordos e decisões internacionais, como por exemplo, a aliança construída entre o MEC e o Plano Decenal de Educação para todos, contendo auxílio financeiros do Banco Mundial e da Unesco. Em 1985, foi elaborado o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) para ajudar

nas produções dos Livros Didáticos e na avaliação minuciosa das obras didáticas assim como o processo de escolha do livro foi reformulado, sendo que agora quem escolhe os livros são os professores. Diante dessas mudanças na confecção dos livros houve também o aumento da equipe de produção dos livros didáticos sendo necessário conter além dos autores, revisores, ilustradores e programadores visuais.

Diante do histórico apresentado, nota-se que houve mudanças significativas nos livros didáticos brasileiros sendo desenvolvidas políticas públicas e medidas educacionais para distribuição e produção das obras didáticas.

A definição de livro didático é posta de variadas formas e concepções por autores (as) e pesquisadores (as). Para Bittencourt (2008, p. 299) o Livro Didático é definido como “um objeto cultural complexo de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso, é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros”. Nesse sentido, mesmo sendo um objeto tradicional de uso escolar se torna uma ferramenta complexa ao passo que se analisa mais profundamente sua produção, circulação e consumo.

Dessa forma, as obras didáticas são compostas por várias faces como: “mercadoria, suporte de conhecimentos escolares, suporte de métodos pedagógicos e veículo de um sistema de valores” Bittencourt (2008, p. 301-302). Ou seja, o Livro Didático se configura como um instrumento inserido em contexto de mercado editorial, torna-se o braço direito do professor na mediação do conhecimento e aprendizagem dos alunos e é uma ferramenta que contém caráter político e ideológico não podendo ser pensado como uma ferramenta inocente e neutra devido às várias intervenções de sujeitos desde sua produção até a avaliação escolar.

Lembrando que esse controle político e ideológico vem desde o período imperial como destaca Bittencourt (2020, p. 05): “Os livros didáticos seguiam os programas curriculares adaptados, eram inspirados também em outros países e sofriam controle do governo das províncias, estando sob vigilância da Igreja Católica”.

Freitas e Oliveira (2019) trazem à tona a concepção de Livro Didático como documento de análise histórica ou melhor como fonte histórica para pesquisa de cunho acadêmico com o enfoque para as representações e narrativas contidas nos Livros Didáticos. Freitas e Oliveira (2019, p. 236) definem o Livro Didático:

Nossa definição é ideal e típica. Ela considera a etimologia dos termos “livro” e “didática”, as circunstancialidades das efetivas definições, disparidades entre função, o uso e a designação do artefato e os dominantes critérios de definição em outros países para comunicar a ideia de que livro didático não tem essência (seja mercado ou ideologia, seja suporte ou uso). É categoria designada de artefato que “apresenta o conhecimento”.

Diante disso, há a necessidade de um maior incentivo a pesquisar para fazer a releitura e análise das obras didáticas para ter um olhar crítico e desmistificar esse instrumento educacional.

Já para Guimarães (2012, p. 91) “O livro didático é um dos principais veiculadores de conhecimentos sistematizados, o produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros como acesso à educação escolar básica na rede pública de ensino”. À medida que, muitas vezes, devido às inconstâncias financeiras e formativas, os livros didáticos se tornam o elemento auxiliar da formação do próprio professor e a longo prazo o eixo central das aulas devido ao seu caráter pedagógico com o tripé: leitura, reflexão e treinamento da aprendizagem através da lista de atividades.

Kazumi Munakata contém alguns estudos relacionados ao Livro Didático sendo um dos primeiros a definir os Livros Didáticos, podendo destacar dois aportes de definição: o primeiro voltado para um significado mais simples que caracteriza o Livro Didático como um artefato de papel e tinta. E o segundo, seguindo o pensamento marxista, Munakata (2012, p. 51), destaca:

Num regime baseado na troca, o valor de uso da mercadoria, que se refere a sua utilidade para satisfazer essas necessidades, aparece também como suporte material do valor de troca, pelo qual as mercadorias são trocadas no mercado. Com o livro didático não é diferente. Como valor de uso, satisfaz as necessidades de certa expectativa dita educacional, mas, para realizar a satisfação dessas necessidades subordina-se ao valor de troca e às determinações.

Essa ótica mercantil é comandada pelo sistema capitalista que induz também o setor dos produtos educativos diante da indústria cultural. Mediante todas as definições apresentadas, percebe-se que elas têm em comum o esforço de mostrar o caráter comercial, ideológico e político dos Livros Didáticos além de apontar a importância desse suporte educacional e/ou (in) formativo para a comunidade escolar.

Os estudos de gênero no Livro Didático de História e a presença das mulheres negras

O interesse pelo estudo de Gênero dentro da História vem crescendo nos últimos tempos vinculado às questões sociais envolvendo discussões relacionadas à cultura, à diversidade e à História do tempo presente. Ademais, os estudos sobre as mulheres e sobre gênero são linhas de pesquisas relativamente recentes que ganharam força a partir dos movimentos feministas, da escola dos Annales e da Nova História. Deste modo, a historiografia começa a investigar as mulheres não mais como sujeitos passivos à sombra da figura masculina e responsáveis pelo

cuidado do lar e dos filhos. Elas vão ser vislumbradas no âmbito público sendo sujeitos históricos ativos lutando por suas conquistas e pela busca por direitos iguais.

De modo geral, de acordo com Colling e Tedeschi (2019) a conceitualização de gênero começa a surgir por volta de meados de 1980, com estudos voltados para essa temática, sendo uma análise que traz consigo muitas disputas teóricas em torno do tema. A definição de gênero estaria embutida na dimensão das relações sociais e identidades sendo uma categoria que busca questionar a cultura heterossexual binária, as desigualdades, o sistema de hierarquização social do poder e as relações de gênero.

No âmbito escolar, na tentativa de promover uma maior liberdade de expressão do ensino educacional, foram sendo criadas legislações que designam os princípios fundamentais para a Educação, a liberdade de ensinar e aprender tal como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. Dessa maneira, ao analisar mais a fundo a proposta da inserção de temáticas de Sexualidade e Gênero nas escolas, constata-se que elas são de suma importância para a formação cidadã dos alunos, para aguçar a tolerância e respeito pelo próximo. Ao trazer essa abordagem de gênero para as aulas de História é necessário um olhar crítico e reflexivo em torno do livro didático na perspectiva de problematizar as diversas corporeidades e as relações de poder com o propósito de combater o sexismo.

Ao adentrar na esfera do livro didático de História para analisar os conteúdos que contém temas relacionados a gênero, observa-se que há algumas mudanças e permanências. Vale lembrar que o processo de implantação desse tema precisamente voltado para História das mulheres nos Livros Didáticos passou por uma longa caminhada, haja vista que a História que representava as mulheres como sujeitos ativos (Participação das mulheres nos movimentos sociais de independência da América Latina, Mulheres na segunda guerra mundial, Mulheres com direito ao voto e com espaço na política, Mulheres no mercado de trabalho, etc.) começa a ter força na metade da década de 60 com a ascensão dos movimentos feministas.

Nesse sentido, o processo de revisão e padronização dos conteúdos dos Livros Didáticos brasileiros seguiu, em 1933, que tinham como intuito combater o sexismo, estereótipos sexuais e étnicos na tentativa de mostrar uma História mais inclusiva que traga à tona os sujeitos marginalizados ao longo da História: mulheres, indígenas e negros. Os quais eram invisibilizados, ou seja, eram sub-representados. A lógica da narrativa histórica tradicional pautada na figura do homem branco protagonista na figura heroica dos eventos históricos corroborando cada vez mais na disseminação do machismo e de discursos patriarcais. Rosenberg (2009, pág. 490-491) ainda ressalta:

A análise das imagens de “mulher”, “relações de gênero”, “sexismo”, “estereótipos sexuais ou de gênero” nos LD, que se inicia nas décadas de 1960-1970, toma o LD seja como “informante” ou como “construtor” de mentalidades, no caso dos “papéis sexuais” ou de identidade de gênero” conforme o período considerado. Porém, esta produção não se originou de grupos de pesquisa ou de educadores interessados primeiros nos LD: originou-se e se fixa como produção de acadêmicas e ativistas feministas que estão demarcando um problema social – a denúncia da “educação diferenciada” de meninas e meninos, o viés “sexista” na educação – e construindo agendas e estratégias políticas de combate à discriminação das mulheres.

A partir de 1970, o Brasil passa a incorporar as reflexões sobre desigualdade de gênero entre mulheres e homens, relações de poder e os estereótipos gênero presente nos Livros Didáticos, os quais ganham inúmeras críticas na época advindas do movimento feminista. No entanto, é necessário refletir que o Livro Didático não pode ser o único elemento:

[...]considerado como mero “bode expiatório”, culpado por todos os males do ensino, mas partem de um pressuposto básico: o livro didático é uma fonte de conhecimento histórico e, como toda e qualquer fonte, possui uma historicidade e chama a si inúmeros questionamentos (GUIMARÃES 2012, p. 103 apud GUIMARÃES, 1993).

Desse modo, é preciso compreender que o Livro Didático não é um material neutro e que sua dimensão é constituída a partir da disputa de narrativas e que ao serem tratados temas relacionados ao gênero é necessário um olhar crítico.

Para complementar essa discussão é válido colocar em foco o pensamento de hooks (2015) que inter-relaciona os termos classe, raça e gênero para mostrar que o elemento aglutinador entre esses termos é o preconceito que transcorre a esfera da economia, do racismo e do sexismo tanto na dimensão das opressões patriarcais como do próprio feminismo branco. Mediante a isso a autora ainda reforça “[...] o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimadas pelo machismo, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição na vida. Estas são a maioria silenciadas” (hooks, 2015, p. 193). Fica evidente nesse trecho que o feminismo não foi pensado para as mulheres negras, mas sim o grupo seletivo das mulheres brancas tornando assim um racismo feminista burguês.

Através do discurso feminista unilateral que busca combater a opressão sexista, outra teoria que entra em cena é o mulherismo utilizado pelas mulheres negras para combater além da opressão sexista, racial e de classe na dimensão da interseccionalidade. Tal conceito é fundamentado por meio do feminismo negro norte-americano que tem como definição: “[...] abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutualmente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (COLLINS, 2019, p.

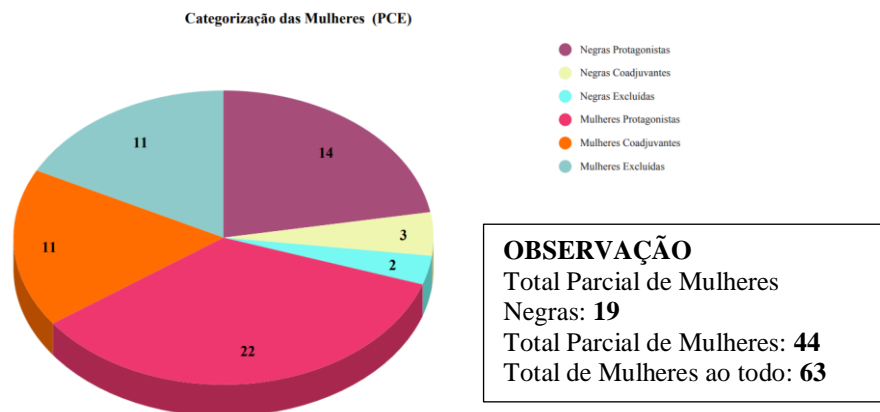
460). Desse modo, nessa pesquisa é analisada como as mulheres negras são enxergadas ou se são somente invisibilizadas das narrativas históricas que boa parte das vezes traz à tona as faces dos discursos segregacionistas e integralistas. A próxima seção é voltada para os resultados da pesquisa.

Resultados do estudo analítico

Nessa etapa do trabalho foi feita a sondagem dos dados adquiridos por meio da análise do conteúdo e descrição da fonte. Dessa forma, optou-se por organizar os dados coletados graficamente para serem melhores representados e compreendidos. Foram extraídos 2 gráficos do trabalho monográfico de Santos (2023), para fazer a observação analítica.

A primeira imagem do gráfico intitulado: Categorização das Mulheres (PCE), sigla de abreviação criada para os termos Protagonistas, Coadjuvantes e Excluídas. Esse gráfico objetiva mostrar a quantidade de mulheres que foram representadas nos livros didáticos do PNLD-2021. A partir da categorização de protagonismo, coadjuvância e exclusão. Conforme apresentado abaixo:

Gráfico 1 - Categorização das Mulheres (PCE)



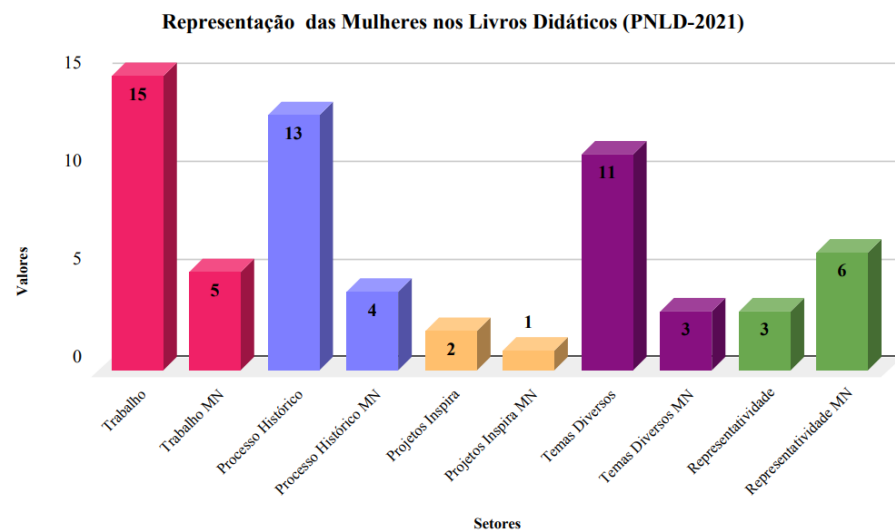
Fonte: Santos, 2023, p.66.

De acordo com os dados apresentados no gráfico de pizza, nota-se que há 63 mulheres ao todo representadas nos livros, das quais 19 são mulheres negras sendo 14 protagonistas, 3 coadjuvantes e excluídas 2. Já o restante das mulheres são 44, sendo 22 mulheres na posição de protagonistas, 11 como coadjuvantes e 11 excluídas. A princípio, fica evidente que as mulheres são mais representadas nas posições de protagonistas e coadjuvantes. A exclusão ocorre, mas não com predominância.

A segunda imagem do gráfico é a Representação das Mulheres nos Livros Didáticos do (PNLD-2021) que tem como intuito mostrar em quais espaços as mulheres são representadas nesse artefato cultural. Sendo assim, foi observado em quais temas elas mais apareciam,

criando-se 5 setores de representação: Trabalho (questões voltadas para o mundo trabalhista), Processo Histórico (presença delas como sujeitos atuantes na História/ou presença delas), Projeto Inspira (representação das mulheres em projetos que elas ou as comunidades criaram como forma de representatividade do feminino), Temas Diversos (relacionados às questões de: feminismo, patriarcado, família, sustentabilidade, economia, sociedade, cultura, direitos, entre outros) e por fim o setor da Representatividade (na política, no cinema, em manifestações, em eventos, etc). Segue abaixo a ilustração gráfica:

Gráfico 2 - Representação das Mulheres nos Livros Didáticos (PNLD-2021)



Fonte: Santos, 2023, p.67.

Nessa segunda imagem do gráfico, percebe-se que no setor de representatividade as mulheres negras têm maior índice de representação com 6 mulheres negras nesse setor, sendo possível refletir acerca dos espaços sociais dessas mulheres e dos lugares de falas que elas vêm conquistando ao longo do tempo. Em segunda posição com 5 representações estão as questões do mundo do trabalho; o terceiro lugar é ocupado pelos processos históricos com 4 mulheres negras. A penúltima posição é ocupada pelo setor de temas diversos com 3 representações e em último lugar com 1 representação é o setor dos projetos inspira.

Ao fazer a análise comparativa com as outras mulheres, observa-se que os setores que elas lideram são do trabalho com 15 representações, em seguida os processos históricos com 13 e temas diversos com 11.

Algo curioso a ser pensado é o setor do mundo do trabalho, pois diante de um mundo alicerçado no neoliberalismo e em uma educação caminhando para um modelo tecnicistas (ao analisar a conjuntura atual das escolas profissionalizantes), nota-se que os materiais didáticos carregam esse discurso de mundo do trabalho e a busca pela inserção dos alunos no mercado de trabalho futuramente. Não é à toa que as coleções investigadas em sua grande maioria

falavam sobre questões do trabalho, principalmente no que tange ao feminino com temáticas voltadas para busca por empregos, desigualdade salarial de mulheres e homens, desemprego das mulheres e até a escassez delas no mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como intuito analisar as múltiplas faces mercantil, política e ideológica do livro didático e a carência/ausência das mulheres negras no material supracitado. Logo em seguida foi feito um estudo sobre os estudos de gênero nos livros didáticos de História. Através desse estudo foi possível analisar as relações de gênero e principalmente a interseccionalidade entre raça, gênero e classe que envolve tais relações não somente entre homens e mulheres, mas também entre mulheres negras e mulheres brancas.

No que diz respeito sobre a análise dos livros didáticos das duas coleções selecionadas e constatação dos dados advinda dos gráficos, observou-se que as mulheres foram categorizadas em três dimensões: protagonistas, coadjuvantes e excluídas. Havendo como predominância de representação o protagonismo e a coadjuvância. No que tange aos temas nos quais as mulheres negras foram majoritariamente representadas é no mundo do trabalho trazendo à tona os reflexos do escravismo no passado colonial e estereótipos de raça, de gênero e classe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos** - 2ed- São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **A história do livro didático brasileiro**. Abrelivros. 2020. Disponível em: https://abrelivros.org.br/site/wp-content/uploads/2020/09/Abrelivros_A_Hist%C3%B3ria_do_Livro_Did%C3%A1tico_no_Brasil-girado.pdf . Acesso: 05/10/2025.

BOULOS, Alfredo Júnior. **Multiversos: Ciências Humanas**. Volumes: *Globalização, tempo e espaço; Trabalho, tecnologia e desigualdade; Ética, cultura e direitos; Populações, territórios e fronteiras; Política, conflitos e cidadania; Sociedade, natureza e sustentabilidade*. Ensino médio / Alfredo Boulos Júnior, Edilson Adão Cândido da Silva, Laercio Furquim Júnior. -- 1. ed. -- São Paulo: FTD, 2020. Disponível em pdf no link: <https://pnld.ftd.com.br/ensino-medio/ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas/multiversos-ciencias-humanas/>. Acesso em: 10/08/2022

COLLING, Ana Maria e TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. org.; prefácio [de] Michelle Perrot. – 2.ed. – Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p.748.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

COTRIM, Gilberto. **Conexões: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: manual do professor** / Gilberto Cotrim, Angela Corrêa da Silva, Ruy Lozano, Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira, Marília Moschkovich. Volumes: *Ciências, cultura e sociedade; População, territórios e fronteiras; Sociedade e meio ambiente; Ética e cidadania; Estado, poder e democracia; Trabalho e transformação social*. -- 1. ed. -- São Paulo: Moderna, 2020. Disponível em pdf no link: <https://pnld.moderna.com.br/ensino-medio/obras-didaticas/area-de-conhecimento/ciencias-humanas-e-sociais/conexoes>. Acesso em: 10/08/2022.

FREITAG, Barbara. MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderley Ferreira da. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1989.

FREITAS, Itamar de Oliveira e OLIVEIRA, Margarida Dias. **Livros didáticos de História: Consolidação e renovação de um objeto de pesquisa**. 2.ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos, 2021.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. In Livros didáticos de História – 13º ed.rev. e ampl.- Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Tradução Bhuvli Libanio. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Neide Cardoso; ROSEMBERG, Fúlvia e SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Combate ao sexismo em livros didáticos: Construção da agenda e sua crítica. **Cadernos de Pesquisa**, v.39 n.137, maio/agosto 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/XcmMtsQ76cwrJvXL43rR65d/?format=pdf&lang=pt> .Acesso em: 30/07/2025.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático alguns temas de pesquisa. **Rev Brasileira.hist.educ.** Campinas-SP.v.12, 3(30),p 179-197, set/dez 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38817/20335>. Acesso: 30/07/2025.

PINSKY, Carla Bassannezi (org). **Novos temas nas aulas de História**. 2.ed. 3º reimpressão. São Paulo: Contexto 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras,2018.

SANTOS, Dinajilas Gomes de Melo. **Gênero e Feminismo: Mulheres negras nos livros didáticos do Novo Ensino Médio importam (PNLD-2021)**. Monografia (graduação em História) - Universidade Regional do Cariri, Crato- Ce, 2023. 103p.